

EDITORIAL

Toda publicação científica é, em alguma medida, uma expressão do tempo em que é produzida. Não porque se limite a registrar os acontecimentos de sua época, mas porque reflete as inquietações intelectuais que emergem das transformações sociais, institucionais e tecnológicas que desafiam o Direito e suas instituições. As revistas jurídicas desempenham, nesse contexto, papel que transcende a mera divulgação de pesquisas: constituem espaços de reflexão crítica, de intercâmbio de experiências e de construção coletiva do conhecimento.

A presente edição da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo insere-se nesse propósito. Os trabalhos aqui reunidos abordam temas diversos, mas convergentes em um ponto fundamental: a busca pela efetividade dos direitos fundamentais, pelo aperfeiçoamento das instituições públicas e pela constante atualização das categorias jurídicas diante das novas demandas da sociedade contemporânea.

As contribuições selecionadas transitam por temas centrais do debate jurídico atual. Os impactos da inteligência artificial na produção e validação da prova digital, os desafios da justiça penal consensual, os mecanismos de integridade e controle da Administração Pública, a eficiência administrativa, a atuação resolutiva do Ministério Público, a formação de seus membros, os limites constitucionais do exercício do poder punitivo estatal e a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade revelam a amplitude das questões enfrentadas pelos operadores do Direito no século XXI.

Os estudos desenvolvidos por Edielma Rocha Dutra, Cássia Luize Ferreira da Silva e Greice Patrícia Fuller examinam os desafios decorrentes da incorporação de novas tecnologias aos sistemas de justiça. Thiago Maciel de Aguiar e Alden Mangueira de Oliveira oferecem importante contribuição ao debate sobre governança, integridade e controle da Administração Pública. Alexandre Rocha Almeida de Moraes e Flávio Eduardo Turessi aprofundam a reflexão acerca dos limites e potencialidades da justiça penal consensual. Lucas Tavares Simão retoma a discussão sobre eficiência administrativa sob uma perspectiva constitucional e econômica.

Na mesma direção, Valter Moura do Carmo e Luciano Cesar Casaroti abordam o fortalecimento de uma atuação ministerial resolutiva e dialógica, enquanto João Gaspar Rodrigues convida à reflexão sobre a formação dos quadros institucionais em uma sociedade

democrática. Renee do Ó Souza examina criticamente a conformidade constitucional e convencional do regime disciplinar diferenciado, e Mariana Ferreira da Cruz Pires e Oswaldo Peregrina Rodrigues reafirmam a centralidade da proteção das pessoas incapazes como expressão concreta do compromisso constitucional com a dignidade humana.

A edição conta, ainda, com relevante contribuição internacional do Promotor de Justiça argentino Sandro Abraldes, que oferece reflexão instigante sobre a relação entre o juiz e a teoria do delito. O estudo propõe uma revisitação de temas clássicos da dogmática penal à luz das exigências contemporâneas de fundamentação das decisões judiciais, reafirmando a importância das construções teóricas como instrumentos de racionalidade, previsibilidade e controle do exercício da jurisdição. Em tempos de crescente complexidade dos sistemas de justiça, o diálogo com experiências estrangeiras mostra-se especialmente valioso para o aprofundamento da reflexão jurídica e para o fortalecimento das instituições democráticas.

Outro aspecto digno de destaque nesta edição é a consolidação do compromisso da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo com a pluralidade acadêmica e a circulação nacional e internacional do conhecimento jurídico. Além da expressiva participação de autores vinculados ao Ministério Público paulista e a instituições de ensino e pesquisa do Estado de São Paulo, a presente edição reúne contribuições oriundas de diferentes regiões do país, com a participação de autores vinculados ao Tribunal de Contas da União, aos Ministérios Públicos do Amazonas, do Mato Grosso e do Tocantins, bem como à comunidade jurídica argentina, como já mencionado.

Essa diversidade não representa apenas um dado estatístico ou geográfico. Trata-se de uma opção editorial consciente, alinhada às melhores práticas de avaliação científica e ao compromisso institucional de promover a exogenia acadêmica. A circulação de ideias entre diferentes regiões, instituições e tradições jurídicas amplia os horizontes da pesquisa, favorece o intercâmbio de experiências e contribui para a construção de uma produção científica mais plural, crítica e representativa da complexidade da realidade brasileira e latino-americana.

Nesse cenário, a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo reafirma sua vocação como espaço de formação, pesquisa e difusão do conhecimento, estimulando a produção científica de qualidade e fomentando o debate jurídico comprometido com os valores constitucionais, democráticos e republicanos que orientam a atuação do Ministério Público.

Mais do que oferecer respostas definitivas, os trabalhos publicados nesta edição cumprem uma das funções mais relevantes da pesquisa jurídica: formular questões relevantes,

problematizar consensos aparentes e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das instituições.

Enfim, reafirmar nosso compromisso com a diversidade, a erudição e a excelência acadêmicas.

São Paulo, junho de 2026.

Editora Responsável

Tatiana Viggiani Bicudo

Coordenador Editorial

André Pascoal da Silva

Organização e Revisão Editorial

Renato de Souza Marques Craveiro